

## Avaliação da presença de indígenas no curso de medicina sob a ótica de indígenas discentes, não indígenas e docentes de uma universidade na Amazônia

*Evaluation of the presence of indigenous in the medical course under the optics of indigenous students, non-indigenous students and teachers at a university in the Amazon*

Daniel Santos Formento<sup>1</sup>; Tássio João Cerqueira Ferreira<sup>2</sup>; João Victor Moura Garcia<sup>3</sup>; Eliene Rodrigues Putira Sacuena<sup>4</sup>; Greice de Lemos Cardoso Costa<sup>5</sup>; João Farias Guerreiro<sup>6</sup>; Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Graduado em Bacharelado em Medicina, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [danielformento.med@gmail.com](mailto:danielformento.med@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0002-6042-998X>

<sup>2</sup> Graduado em Bacharelado em Medicina, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [tassiojoao@hotmail.com](mailto:tassiojoao@hotmail.com) / <https://orcid.org/0000-0001-7612-3531>

<sup>3</sup> Graduando em Bacharelado em Medicina, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [joaovgarcia98@gmail.com](mailto:joaovgarcia98@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0001-6305-6042>

<sup>4</sup> Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [putirasacuena@gmail.com](mailto:putirasacuena@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0001-9836-8054>

<sup>5</sup> Doutora em Genética e Biologia Molecular, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [greice\\_cardoso@yahoo.com.br](mailto:greice_cardoso@yahoo.com.br) / <https://orcid.org/0000-0002-8916-0283>

<sup>6</sup> Doutor em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [joao.guerreiro53@gmail.com](mailto:joao.guerreiro53@gmail.com) / <https://orcid.org/0000-0003-1979-3656>

<sup>7</sup> Doutora em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil - E-mail: [ivallinoto@ufpa.br](mailto:ivallinoto@ufpa.br) / <https://orcid.org/0000-0003-1408-8384>

### Palavras-chave:

povos indígenas;  
estudantes de medicina;  
docentes de medicina;  
educação superior;  
cultura indígena.

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a presença indígena no curso de medicina, sob a ótica dos indígenas discentes, dos não indígenas e dos docentes de um curso de medicina de uma Universidade Federal na Amazônia. Trata-se de um estudo quantitativo, prospectivo transversal, descritivo, realizado no estado do Pará, em Belém, na Universidade Federal do Pará. Foram utilizados 3 formulários acerca da presença dos indígenas discentes no curso de medicina, um para cada população analisada (indígenas discentes, discentes não indígenas e docentes), as variáveis categóricas foram descritas na forma de frequências relativa e absoluta e utilizou-se o Teste Exato de Fisher para comparação estatística, adotando nível de significância de  $p \leq 0,05$ . Avaliou-se 162 questionários, sendo 18 de indígenas discentes, 128 de discentes não indígenas e 34 de docentes. O estudo revelou que as três populações apresentam opiniões ora divergentes, ora convergentes, evidenciando impactos negativos na formação dos indígenas discentes que, por vezes, não são percebidos pelos discentes não indígenas e pelos docentes, tornando a vivência e a permanência dos indígenas discentes no ensino superior mais desafiadora. Por fim, constata-se que, ainda, que existam métodos de ingresso dos indígenas no ensino superior, as instituições, os docentes e os discentes, em sua maioria, não estão totalmente preparados para acolher esses povos e sua diversidade.

**Keywords:**

indigenous people;  
students medical;  
faculty medical;  
education higher;  
indigenous culture.

**Abstract:** The present study aimed to analyze the presence of indigenous students from the perspective of indigenous students, non-indigenous and teachers of a medical course at a Federal University in the Amazon. This is a quantitative, prospective, cross-sectional, descriptive study carried out in the state of Pará, in Belém, at the Federal University of Pará and at the Institute of Health Sciences. Three forms were used about the presence of indigenous students in the medical course, one for each population analyzed (indigenous students, non-indigenous students and teachers), the categorical variables were described in the form of relative and absolute frequency and Fisher's Exact Test was used for statistical comparison, adopting a significance level of  $p \leq 0,05$ . One hundred sixty two questionnaires were evaluated, 18 from indigenous students, 128 from non-indigenous students and 34 from teachers. The study revealed that the three populations present opinions that are sometimes divergent, sometimes convergent, showing negative impacts on the formation of indigenous students who are sometimes not perceived by non-indigenous students and teachers, making the experience and permanence of indigenous students in higher education more challenging. Finally, it appears that although there are methods of entry of indigenous people into higher education, the institutions, teachers and students, for the most part, are not fully prepared to welcome these peoples and their diversity.

## Introdução

Segundo a Constituição Federal de 1988, é definido, em seu Art. 205, que a educação é dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo em vista o pleno desenvolvimento do indivíduo. Ainda sobre a Constituição Federal, o Estado reconhece, pela primeira vez, os povos originários como sujeitos de seus próprios direitos, de crenças próprias, de línguas e de direito originários sobre suas terras (Art. 231); e os reconhece como parte legítima para ingressar em juízo na defesa de seus interesses e direitos (Art. 232) (BRASIL, 1988). Contudo esse texto não traz proteção e auxílio necessários a essa população no mundo moderno eurocentrado (VIANA et al., 2019). Concomitantemente, em um país com um dos mais tardios processos de implementação do ensino superior da América Latina, a preocupação com a especificidade do ensino superior às minorias (a exemplo dos indígenas) só ocorreu nas duas últimas décadas do século XX (FERNANDES, 2015; SOUZA, 2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010, em conjunto com o Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, o Brasil possuía cerca de 900 mil indígenas, sendo que, aproximadamente, 246 mil indígenas estavam matriculados no ensino básico, na educação infantil e no ensino médio e, apenas, 6.336 alunos indígenas em instituições de ensino superior, que corresponde a 0,5% das matrículas; em 2011 já eram 9.756 indígenas matriculados no ensino superior (FERNANDES, 2015). O crescente aumento no número de indígenas nas universidades configura uma importante conquista a essa população, no âmbito da luta por seus direitos e pelo reconhecimento enquanto cidadãos (DAVID; MELO & MALHEIROS, 2013; FERREIRA, 2013).

Atualmente, a entrada dos indígenas nas universidades vinculadas ao Ministério da Educação, é regulamentada pela lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a), lei essa

que ficou conhecida como “Lei de Cotas”. Essa lei define em seu Art. 3º que “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

A partir da sanção da Lei de Cotas houve auxílio no ingresso de diversos alunos ao ensino superior, favorecendo o processo de inclusão social e de diversificação cultural, além de promover um currículo multicultural, por meio do contato com os costumes e as experiências de cada povo (SOUZA, 2016), contudo mesmo com o aumento de indígenas no ensino superior, esse número não é muito expressivo (GONÇALVES, 2016; SOUZA, 2016).

Entre as instituições de ensino superior pioneiras na realização de processos seletivos específicos à povos indígenas, tem-se o Estado do Paraná, que em 2001, criou a lei Estadual 13.134/2001, que instituiu o Vestibular Interinstitucional dos Povos Indígenas do Estado do Paraná. Posteriormente, em 2004, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) aderiu a essa modalidade de vestibular, aprovando a Resolução interna 37/04 COUN-UFPR, “Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na UFPR” (GONÇALVES, 2016). Exames semelhantes são realizados na Universidade Federal de Roraima e em outras são ofertados cursos exclusivos para esse grupo, como ocorre na Universidade Federal do Amapá (VASCONCELOS, 2016). Tais atitudes mostram a preocupação com a inserção dos indígenas no ensino superior, antes mesmo da criação da Lei 12.711/2012.

Em 2014, a maioria dos indígenas estudantes matriculados em instituições de ensino superior eram provenientes do sistema privado (62,6%), com maior concentração de matrículas na região Sudeste (8.141), seguida da região Norte (4.886) (NASCIMENTO, 2016). Frente à demanda crescente de indígenas nas universidades e a diversidade etnocultural, é necessária uma abordagem multicultural na construção dos currículos, que englobe tanto as diferenças como as semelhanças das culturas, bem como em uma maior abordagem da medicina tradicional, para que a comunidade médica possa melhor conhecer como os indígenas entendem o processo saúde-doença e a cura (SANTOS, 2013).

A medicina tradicional vem ganhando força no que diz respeito a sua implementação nas políticas de saúde pública. No entanto, essa necessita de aprimoramento, sendo atribuída à ciência o papel de identificar, de dosar e de adequar as terapêuticas eficazes, de maneira que se possa integrar como uma opção de menor custo e de maior valor cultural ao sistema de saúde e à atenção básica, sem perder sua eficácia com relação às taxas de cura (DAVID; MELO & MALHEIRO, 2013; FERREIRA, 2013). A presença indígena nas universidades, no processo de

produção do conhecimento científico, bem como compartilhando os conhecimentos da medicina tradicional, destaca a importância da implementação do currículo multicultural (FERREIRA, 2013).

A presença dos indígenas nas universidades é acompanhada de diversas dificuldades desde o ingresso nas universidades, como preconceito sofrido pelos demais alunos e professores, recursos financeiros insuficientes, choque cultural e linguístico, saudade da família, ritos e costumes da aldeia (VASCONCELOS, 2016), simultaneamente, a escolarização dos povos indígenas e as demandas por formação universitária, colocam, em evidência, as dificuldades de lidar com especificidades dos povos indígenas (NASCIMENTO, 2016).

Os inúmeros desafios e dificuldades enfrentados pelos indígenas no ambiente acadêmico impactam nas altas taxas de abandono do curso. Tal fato é evidenciado no estudo que avaliou os dez primeiros anos de implementação do sistema de cotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas, que evidenciou que o abandono, a desistência e a evasão dos alunos indígenas, na referida universidade, somavam 37,48% do total de indígenas matriculados entre o intervalo de 2005-2015 (ESTÁCIO, 2015), e que a evasão desses alunos possa chegar a 60%, mesmo com a existência de programas assistenciais (VASCONCELOS, 2016).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo analisar a presença do indígenas discentes sob a ótica dos indígenas discentes, dos não indígenas e dos docentes de um curso de medicina de uma Universidade Federal na Amazônia.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo quantitativo, prospectivo, transversal, descritivo. A pesquisa foi realizada no Estado do Pará, na cidade de Belém, em dois locais da Universidade Federal do Pará, o Campus Guamá e o Instituto de Ciências da Saúde (ICS). A pesquisa contou com três amostras de populações diferentes.

A primeira amostra foi composta por 110 acadêmicos não indígenas escolhidos aleatoriamente de acordo com a aceitação em participar do estudo, representando 10,9% do total de alunos pertencentes ao curso de medicina, com entrada a partir do ano de 2012. A segunda amostra foi formada por 34 docentes do curso de medicina escolhidos aleatoriamente utilizando o mesmo princípio de escolha adotado para os discentes não indígenas, correspondendo a 14,1% do total. E a terceira amostra foi formada por 18 indígenas, 85,7% do total de indígenas discentes do curso de medicina da Universidade Federal do Pará, desde a abertura do processo seletivo especial em 2010.

Foram excluídos do estudo os discentes e/ou docentes que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deixaram de preencher acima de dois itens nos questionários, assim como também aqueles que decidiram deixar de participar do projeto no

decorrer da pesquisa. Os dados foram coletados em questionários, compostos por perguntas abertas e fechadas, construídas de acordo com cada população alvo: discentes não indígenas, indígenas discentes e docentes.

Os pesquisadores entraram em contato previamente com os possíveis participantes da pesquisa, para informar sobre o trabalho, seus objetivos e sobre a importância de sua participação. Para os que aceitaram, foram acordados um dia, horário e local, conforme disponibilidade de cada participante, priorizando sempre a privacidade necessária para que a coleta de dados fosse realizada.

Conforme pré-agendado, os pesquisadores se dirigiram aos participantes, no local escolhido, e realizar a leitura do TCLE. Este foi devidamente assinado, tanto pelo pesquisador presente como pelo participante em questão, para dar continuidade ao trabalho de forma eletrônica, através de meio digital ofertado pelos pesquisadores. A coleta de dados foi realizada em ambiente isolado, com boa iluminação natural e de maneira individual, a fim de garantir o sigilo e teve duração média de 5 minutos.

Foram aplicados questionários diferentes para cada população analisada, entretanto, os itens apresentavam temas semelhantes, sendo apenas elaboradas de maneira distintas quanto à abordagem. O questionário dos discentes não indígenas foi composto por 10 (dez) questões objetivas, o questionário dos indígenas discentes foi composto por 12 (doze) questões objetivas e 2 (duas) subjetivas, já o questionário dos docentes apresentou 13 (treze) questões objetivas. Ressalta-se que havia itens comuns a todos os participantes, e adicionalmente foram feitos questionamentos específicos a cada grupo, justificando-se, assim, a escolha por formulários diferentes tendo em vista a divergência da experiência vivenciada por cada grupo estudado. Todos os questionários continham questões sobre cultura, convívio, dificuldade e experiência dos indígenas discentes na universidade.

Todas as perguntas possuíam caráter não obrigatório, ou seja, mesmo que o colaborador aceitasse participar da pesquisa, poderia deixar de responder a todas as perguntas, caso não se achasse capaz de respondê-las, ou caso não tivesse interesse em responder a mesma. Foi adotado o termo “Não informado” às questões que por algum motivo não foram respondidas pelos participantes.

Os dados foram coletados em um formulário padronizado e os dados armazenados em uma planilha eletrônica de dados (Microsoft Excel®. Redmond, WA, EUA). Neste, cada coluna corresponde a um formulário de coleta de dados e cada linha aos dados coletados. As variáveis categóricas foram descritas como frequências absoluta e relativa (porcentagem), e o Teste Exato de Fisher foi utilizado para comparação das variáveis categóricas, utilizando nível de significância de  $p \leq 0,05$ .

Ressalta-se que por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo foi submetido e aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), número do parecer 961.451, CAAE: 20654313.6.0000.5172 e atendeu aos pressupostos éticos presentes na Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012b).

## Resultados

Foram obtidas respostas de 162 questionários, sendo estes subdivididos entre os modelos específicos para cada amostra. Foram recebidas 128 respostas referentes aos questionários aplicados aos discentes, sendo elas, 110 de alunos não indígenas e 18 dos indígenas alunos, além de 34 respostas referentes ao questionário dos docentes.

As respostas foram tabuladas e feitas comparações entre as perguntas que foram feitas tanto para discentes indígenas e não indígenas, sendo descritas em frequência absoluta, frequência relativa e p-valor (Tabela 1).

**Tabela 1** – Comparação entre respostas de indígenas discentes e não indígenas.

	INDÍGENAS		NÃO INDÍGENAS		p-valor*
	FA (n=18)	FR (%)	FA (n=110)	FR (%)	
Há mudanças significativas nos hábitos e costumes dos indígenas no decorrer do curso?					
<i>Sim</i>	3	16.67	69	62.73	<b>0.00088</b>
<i>Não</i>	15	83.33	40	36.36	
<i>NI</i>	0	0	1	0.91	
Considera que houve boa receptividade e aceitação dos indígenas no vínculo social com os demais alunos?					
<i>Sim</i>	16	88.89	71	64.55	<b>0.04017</b>
<i>Não</i>	2	11.11	39	35.45	
São notadas dificuldades dos indígenas na comunicação com alunos e professores durante o curso?					
<i>Sim</i>	8	44.44	34	30.91	0.25688
<i>Não</i>	10	55.56	76	69.09	
São notadas diferenças no tratamento dos alunos não indígenas e docentes para com os indígenas?					
<i>Sim</i>	11	61.11	24	21.82	<b>0.00053</b>
<i>Não</i>	7	38.89	86	78.18	

FA: Frequência Absoluta

FR: Frequência Relativa

NI: Não Informado

\*Teste Exato de Fisher

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observou-se que 75% das respostas das questões aplicadas aos indígenas discentes e não indígenas apresentaram resultados estatisticamente significativos: (i) os colegas não indígenas observam mudanças significativas nos hábitos e nos costumes dos indígenas no decorrer do curso, de forma significativa quando comparado à percepção do indígena em relação a essas mudanças, (ii) os colegas não indígenas não consideram que têm boas receptividade e aceitação dos indígenas no vínculo social com os demais alunos, diferente da percepção do indígena, (iii) os colegas não indígenas não percebem diferenças no tratamento deles e dos docentes para com os indígenas.

As respostas às perguntas que foram feitas tanto ao grupo de indígenas quanto aos docentes do curso de medicina foram comparadas e descritas conforme os itens citados anteriormente (Tabela 2).

**Tabela 2** – Comparação entre as respostas de indígenas discentes e docentes.

	INDÍGENAS		DOCENTES		p-valor*
	FA (n=18)	FR (%)	FA (n=34)	FR (%)	
Há oportunidades para que os indígenas expressem seus conhecimentos culturais no ambiente acadêmico?					
<i>Sim</i>	9	50.0	10	29.41	
<i>Não</i>	8	44.44	21	61.76	0.339
<i>NI</i>	1	5.55	3	8.82	
São concedidas oportunidades para os indígenas se expressarem durante as aulas teóricas e práticas?					
<i>Sim</i>	6	33.33	27	79.41	
<i>Não</i>	12	66.67	6	17.65	<b>0.00152</b>
<i>NI</i>	0	0	1	2.94	
Considera que houve boa receptividade e aceitação dos indígenas no vínculo social com os demais alunos?					
<i>Sim</i>	16	88.89	20	58.82	
<i>Não</i>	2	11.11	12	35.29	0.05382
<i>NI</i>	0	0	2	5.89	
São notadas diferenças no tratamento dos alunos não indígenas e docentes para com os indígenas?					
<i>Sim</i>	11	61.11	3	8.82	
<i>Não</i>	7	38.89	30	88.23	<b>0.00022</b>
<i>NI</i>	0	0	1	2.94	

	INDÍGENAS		DOCENTES		p-valor*
	FA (n=18)	FR (%)	FA (n=34)	FR (%)	
Acredita haver maior dificuldade dos indígenas durante o curso, se comparado aos demais discentes?					
<i>Sim</i>	18	100	21	61.76	
<i>Não</i>	0	0	12	35.29	<b>0.00107</b>
<i>NI</i>	0	0	1	2.94	
São notadas dificuldades dos indígenas na comunicação com alunos e professores durante o curso?					
<i>Sim</i>	8	44.44	9	26.47	
<i>Não</i>	10	55.56	24	70.59	0.29444
<i>NI</i>	0	0	1	2.94	

FA: Frequência Absoluta

FR: Frequência Relativa

NI: Não Informado

\*Teste Exato de Fisher

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A Tabela 2 mostra diferenças estatisticamente significativas na comparação de respostas em alguns itens respondidos pelos indígenas discente e docente: (i) os docentes acreditam que concedem mesma oportunidade de expressão durante as aulas para os dois grupos de discentes (indígenas e não indígenas), (ii) os docentes não percebem diferenças no tratamento dado aos dois grupos de alunos e (iii) os docentes não observam maiores dificuldades entre os grupos de discentes indígenas em relação ao curso de graduação.

Para avaliar o impacto da presença dos indígenas no ambiente acadêmico e a disseminação cultural e de conhecimentos desses povos foram feitas perguntas específicas aos discentes não indígenas e aos docentes (Tabela 3).

**Tabela 3** – Comparação entre as respostas de discentes não indígenas e docentes do curso de medicina.

	NÃO INDÍGENAS		DOCENTES		p-valor*
	FA (n=110)	FR (%)	FA (n=34)	FR (%)	
É possível reconhecer os indígenas dentro do ambiente acadêmico?					
<i>Sim</i>	86	78.18	9	26.47	
<i>Não</i>	23	20.91	24	70.59	0.00
<i>NI</i>	1	0.91	1	2.94	
A cultura indígena é importante para o curso de medicina?					
<i>Sim</i>	96	87.27	22	64.70	
<i>Não</i>	14	12.73	10	29.41	<b>0.00093</b>
<i>NI</i>	0	0	2	5.89	



	NÃO INDÍGENAS		DOCENTES		p-valor*
	FA (n=110)	FR (%)	FA (n=34)	FR (%)	
A presença de indígenas no ambiente acadêmico contribuiu para que você tenha maior conhecimento sobre a cultura desses povos?					
<i>Sim</i>	47	42.73	12	35.29	0.70855
<i>Não</i>	61	55.45	21	61.76	
<i>NI</i>	2	1.82	1	2.94	
A presença de indígenas no ambiente acadêmico contribuiu para que você tenha maior conhecimento sobre a medicina tradicional?					
<i>Sim</i>	21	19.09	8	23.53	0.10905
<i>Não</i>	89	80.91	25	73.53	
<i>NI</i>	0	0	1	2.94	
A presença de indígenas favorece a união dos conhecimentos da medicina tradicional e os conhecimentos da medicina clássica?					
<i>Sim</i>	67	60.91	21	61.76	0.65933
<i>Não</i>	42	38.18	12	35.29	
<i>NI</i>	1	0.91	1	2.94	
É notado os indígenas compartilhando seus conhecimentos culturais?					
<i>Sim</i>	57	44.44	10	29.41	0.00038
<i>Não</i>	53	55.56	21	61.76	
<i>NI</i>	0	0	3	8.82	

FA: Frequência Absoluta

FR: Frequência Relativa

NI: Não Informado

\*Teste Exato de Fisher

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A Tabela 3 mostra diferenças estatisticamente significativas na comparação de respostas em alguns itens respondidos pelo discente não indígena e o docente: (i) uma maior quantidade de docentes (em comparação a discentes não-indígenas) não avaliam como importante para o curso de graduação a cultura indígena, (ii) os docentes não observam um compartilhamento de conhecimentos específicos da cultura indígena dentro do curso de graduação.

Além das perguntas aplicadas para ambos os grupos, foram realizadas quatro perguntas objetivas aos indígenas discentes sobre sua aquisição de conhecimentos, tratamento recebido pelos docentes e permanência dos indígenas na universidade, e uma pergunta objetiva aos docentes relacionadas à metodologia de suas aulas (Tabela 4).

**Tabela 4** – Frequências dos resultados observados na entrevista exclusiva realizada entre os indígenas discentes e docentes.

	<b>FA</b>	<b>FR</b>
<b>PERGUNTAS AOS INDÍGENAS DISCENTES (n=18)</b>		
Você considera que adquiriu o conhecimento sobre medicina tradicional durante a sua vivência?		
<i>Sim</i>	16	88.89
<i>Não</i>	2	11.11
Você acha que houve influências que os afastaram de suas culturas?		
<i>Sim</i>	5	27.78
<i>Não</i>	12	66.67
<i>NI</i>	1	5.55
Você acredita que os docentes tratam os indígenas discentes com diferença positivamente?		
<i>Sim</i>	4	22.22
<i>Não</i>	7	38.89
<i>NI</i>	7	38.89
Você acha que a universidade pode tomar medidas, a fim de melhorar a inserção e a permanência dos indígenas?		
<i>Sim</i>	16	88.89
<i>Não</i>	2	11.11
<b>PERGUNTA AOS DOCENTES (n=34)</b>		
Você modificou suas metodologias de aulas, após a entrada dos indígenas discentes e com base na medicina tradicional?		
<i>Sim</i>	5	14.71
<i>Não</i>	28	82.35
<i>NI</i>	1	2.94

FA: Frequência Absoluta

FR: Frequência Relativa

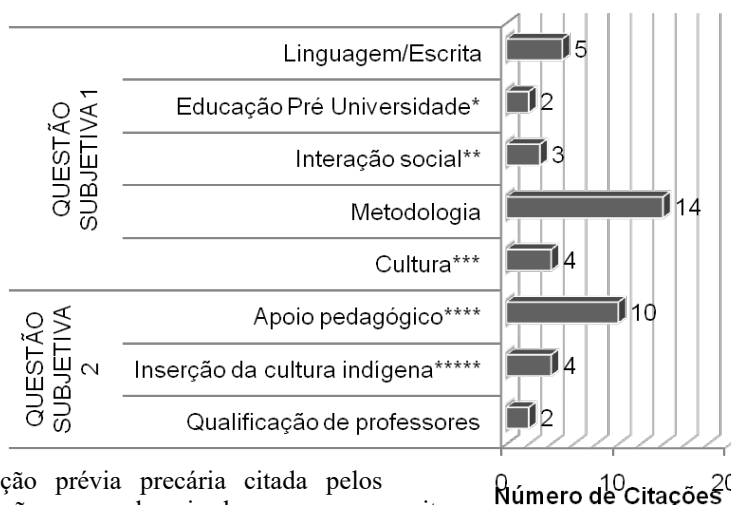
NI: Não Informado

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020.

Ademais foram realizadas duas perguntas de caráter subjetivo ao grupo de indígenas discentes e, posteriormente, feita avaliação do conteúdo das respostas e organizadas por palavras-chaves e registradas a frequência absoluta com que apareciam nas respostas (Figura 1). A questão subjetiva 1 fazia referência às dificuldades encontradas durante a graduação, enquanto

que a questão subjetiva 2 fez referência às formas que a faculdade poderia adotar para melhorar a integração dos indígenas na graduação.

**Figura 1** – Frequência de palavras-chaves nas questões subjetivas dos indígenas discentes.



\*Refere-se à educação prévia precária citada pelos

\*\*Refere-se à integração com os demais alunos e o preconceito;

\*\*\*Associada à forma com que o indígena observa o mundo, rotina antes da universidade e outras particularidades como o individualismo fora da aldeia.

\*\*\*\*Apoio com medidas específicas como monitorias exclusivas, cursos de nivelamento e alterações na metodologia de estudo;

\*\*\*\*\*Inserção da cultura indígena na faculdade com intuito de desmistificar os costumes e diminuir o preconceito e os estereótipos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação à primeira questão subjetiva, a metodologia foi a mais apontada como dificuldade dos indígenas, seguidas da linguagem/escrita, da cultura, da interação social e da educação pré-universitária. Já na segunda questão subjetiva, o apoio pedagógico foi o mais relatado pelos indígenas, seguido pela inserção da cultura indígena na faculdade de medicina e pela qualificação de professores.

## Discussão

Neste estudo foi observada significância estatística na questão abordada aos indígenas discentes e não indígenas com relação aos hábitos e costumes. Dentre as respostas, a maioria dos discentes não indígenas acreditam que os indígenas passaram por mudanças. Em contrapartida, uma considerável parte dos indígenas discentes, acreditam que mantiveram hábitos e costumes sem alterações e afirmam não sofrerem influências que os afastaram de suas culturas. Esse resultado corrobora o estudo de Freitas (2015), o qual mostra que os indígenas acreditam que podem manter a identidade, mesmo que haja transformação cultural, como a transição da moradia da aldeia à cidade, o que pode gerar choque social e cultural (BERNARDO, 2019).

No que diz respeito à receptividade, à aceitação e à criação de vínculo social, foram obtidos resultados estatisticamente significativos entre as respostas dos indígenas e as dos não indígenas, enquanto que na avaliação das respostas dos não indígenas e dos docentes isso não foi observado. Contudo, em números absolutos, a maioria dos participantes declararam que os

indígenas são bem acolhidos pelos discentes não indígenas, estando inseridos no círculo de convívio social. Em contrapartida, em seu estudo Gonçalves (2016) mostra que a relação entre os estudantes é de “mão dupla”, ocorrendo de maneira hierárquica entre veteranos (principalmente não indígenas) e calouros indígenas, sendo por vezes violentas, marcadas por atitudes de superioridade, ao mesmo tempo em que conta com orientações acerca de assuntos e de dicas de estudo importantes durante a graduação.

Partindo-se para a análise da abordagem dos docentes em relação aos indígenas, foram identificados resultados estatisticamente significativos tanto na avaliação das respostas de indígenas e de não indígenas, quanto na comparação entre indígenas e docentes, adicionalmente foi evidenciado diferenças estatísticas também entre indígenas e docentes quanto à oportunidade de se expressar nas aulas. Para docentes e não indígenas não há mudança na abordagem, no entanto, para os indígenas analisados existiram alterações, e, estas, infelizmente, ocorreram de uma forma negativa. Athayde (2010) afirma que é encontrada, na universidade, a evidência de preconceitos nem sempre velados por parte dos docentes no tocante às cotas. Adicionalmente Viana et al. (2019) abordam situações em que a condição de cidadania, de humanidade e de direitos dos indígenas são colocadas à prova por docentes diariamente.

Ao avaliar a percepção de maiores dificuldades dos indígenas durante a graduação, foram identificadas diferenças entre as respostas de indígenas discentes e de docentes, com 100% dos indígenas afirmando maiores dificuldades. Tal fato é justificado devido à inserção dos indígenas no cotidiano das universidades perpassar pela adequação ao tempo regado de aulas, pela produção e reprodução do capital, pelo individualismo e pela competitividade, aspectos incomuns a sua cultura, configurando dificuldades para sua permanência na graduação (FERNANDES et al., 2017; SILVA et al., 2019). Devido ao distanciamento de seus hábitos, de suas famílias, de seus rituais entre outros elementos culturais, é comum que esses indígenas discentes desenvolvam problemas de ordem psicológica, podendo, em algumas ocasiões, resultar em abandono de disciplinas ou da graduação e o retorno prematuro à aldeia (SILVA et al., 2019).

Quando questionados sobre a identificação dos indígenas na universidade, grande parte dos discentes não indígenas conseguem identificar os indígenas, em contrapartida boa parte dos docentes não possuem essa capacidade. A dificuldade da identificação dos indígenas discentes pelos docentes pode estar relacionado ao fato de não reconhecerem os indígenas dentro do ambiente acadêmico, uma vez que, em sua maioria, os indígenas discentes não utilizam, diariamente, adereços que os caracterizam como a figura indígena romântica, selvagem e original idealizada no subconsciente da sociedade, colocando à prova a veracidade de suas “indianidades” (FREITAS, 2015; OLIVEIRA, 2016).

Tanto não indígenas e docentes acreditam que a cultura indígena é importante para a formação em medicina, no que tange à disseminação de conhecimentos indígenas, esses ainda não são percebidos no meio acadêmico tanto por alunos quanto por docentes. Ainda que a maior parte dos entrevistados acreditem que a cultura indígena é importante, a ausência de compartilhamento desses saberes é fator que configura dificuldade na permanência dos indígenas na universidade, sendo o diálogo e a postura aberta e receptiva aliados para o compartilhamento de saberes e de conhecimentos desses povos, ainda pouco observados (BERGAMASCHI et al., 2018). Para isso é necessário ouvir de verdade, transformar o indígena em protagonista, valorizar o saber indígena e desconstruir estereótipos colonizadores e reconstruir as relações (ARANTES, 2012; VIANA et al., 2019).

Mais da metade dos discentes não indígenas e dos docentes afirmaram não obter maiores conhecimentos da cultura indígena com a presença desses indivíduos na universidade. Em contrapartida, estudos mostram que a presença de indígenas nas universidades traz afeto e envolvimento de não indígenas, caracterizados pela escuta, pelo compartilhamento de sabedorias e pela compreensão da história, visando desconstruir estereótipos característicos do indígena segundo a visão eurocêntrica, além de realizar intercâmbios culturais (NASCIMENTO, 2014; CANDAU, 2016; NASCIMENTO et al., 2019).

A metodologia adotada pelos docentes foi o item mais citado nas repostas subjetivas dos indígenas discentes, totalizando quatorze citações. Ao serem questionados sobre alterações nas metodologias adotadas, grande parte dos docentes investigados responderam que não modificaram suas metodologias de ensino e abordagem de temas, enfatizando que a universidade pouco tem se adequadado em sua amplitude epistêmica e metodológica com a presença indígena (BERGAMASCHI et al., 2018).

Em estudo de Fernandes et al. (2017) são citados, ainda, problemas de ensino e aprendizagem, de sistematização do conhecimento, de dificuldades de diálogo com monitores e professores, de relacionamento em sala e de instrumentos de avaliação diferenciados, sendo necessária uma reestruturação de toda a universidade. Outrossim, em estudo realizado no Rio de Janeiro, professores citam que a falta de informação sobre os povos indígenas e o distanciamento cultural, interferem de forma negativa na realização de seus trabalhos (RUSSO & PALADINO, 2016).

Os três grupos analisados no presente estudo apresentaram dados semelhantes a respeito de não perceber problemas na comunicação, contudo os indígenas discentes apontaram, nas perguntas subjetivas, a linguagem/escrita como dificuldade dentro do ambiente acadêmico, totalizando cinco citações. Dessa forma, a linguagem é entendida como fator de interferência na vida universitária, podendo se relacionar com a qualidade questionável do ensino básico

oferecido a estes indivíduos e, principalmente, a centralização das formas escritas de socialização do conhecimento, indo de encontro às tradições orais características de comunidades indígenas (FERNANDES et al., 2017; BERNARDO, 2019), configurando uma barreira linguística entre indígenas e não indígenas (CRUZ, 2017).

A educação escolar baseada no protagonismo indígena, bilíngue e diferenciada, adequada aos interesses de cada comunidade constitui um entrave ao acesso às universidades, que, em sua maioria, adotam um modelo de seleção sem considerar as especificidades de cada povo (TASSINARI, 2001). Nesse estudo, a educação pré-universitária é citada como uma das dificuldades na graduação (citada em duas respostas), fato evidenciado no estudo de Viana et al. (2019). De acordo com o relato de uma indígena colhido por esses autores “*fui educada em escola indígena onde o ponto central é o meu povo. Não estamos preparados pra um vestibular assim*”, fica visível que a diferença na abordagem da educação impacta desde o pré-vestibular à vida acadêmica.

A ausência ou a insuficiência de apoio pedagógico configura um impasse para a permanência dos indígenas no ensino superior, sendo nesse estudo indicado como principal fator de melhoria que a universidade deveria adotar, sendo citado dez vezes nas respostas subjetivas. Dentro do apoio pedagógico, a monitoria é uma das opções citadas de melhoria. Estudos demonstraram que a monitoria pode auxiliar no rendimento acadêmico de indígenas. Contudo, Fernandes et al. (2017) descrevem que, em muitos casos, as monitorias não são efetivas, são desencontros que desestimulam os indígenas.

O apoio pedagógico é de extrema importância, uma vez que a permanência do indígena na universidade depende da construção de relações de afetividade no processo de inserção acadêmica (BERGAMASCHI et al., 2018). A ausência desse apoio é evidenciada no estudo de Estácio e Almeida (2016), no qual a fala de um indígena discente alega: “... não tem apoio de nada. Não existe nenhum acompanhamento. Ninguém chega perguntando: Como é que está indo? Como é que está o ensino? Quais são as suas dificuldades? Não tem nada disso”. Esse cenário faz com que sejam pensadas não somente maneiras de melhorar o apoio pedagógico, mas, também, quem serão os indivíduos responsáveis por essas ações.

Adicionalmente, o auxílio nos trâmites administrativo-burocráticos, a ajuda na adequação ao tempo regado da academia, a organização de grupos de estudo e de apoio mútuo, o protagonismo dos indígenas na organização e na realização de seminários acerca da cultura são métodos de apoios pedagógicos úteis na melhoria da experiência indígena no ensino superior (FERNANDES et al., 2017; BERGAMASCHI et al., 2018).

É notório que as universidades têm seus currículos baseados em padrões eurocêtricos que não valorizam os diferentes conhecimentos, saberes, temporalidades entre outras, contudo

a presença de indígenas no ensino superior tem causado tensão no espaço acadêmico, desafiando a universidade a criar espaços e a reconhecer a diversidade cultural e incorporá-la ao seu cotidiano, levando-as ao processo de adequação de suas matrizes (FERNANDES et al., 2017; NASCIMENTO et al., 2019).

A interação social indicada como dificuldade e a inserção da cultura indígena como método de melhoria dos indígenas na comunidade acadêmica caminham lado a lado. Uma vez que os indígenas buscam não somente a profissionalização, mas também, uma forma de inserção na sociedade, somada à desmitificação da imagem colonial (SILVA; BAKES, 2015; FERNANDES et al., 2017). No que diz respeito à presença de indígenas na universidade, o intelectual Kaiowá Benites (2009) afirma que “é preciso afirmar a nossa visão, para, dessa forma, fortalecer nossa cultura e nosso povo”, ratificando a necessidade de inserção da cultura indígena nas universidades, citada pelos indígenas discentes. A presença de indígenas faz com que as instituições incorporem os saberes indígenas e produzam relações mais igualitárias (SILVA & BAKES, 2015).

Acompanhado da interação cultural e da inserção da cultura indígena nas universidades, a qualificação dos docentes foi indicada como forma de melhoria em duas respostas subjetivas dos indígenas. Estudos destacam a importância de serem realizadas capacitações específicas de professores e de dirigentes universitários para melhor atendimento dos povos indígena (PAULINO, 2008), bem como revisão de métodos e de modelos educacionais e de desenvolvimento da formação de professores com conhecimentos da história e da cultura indígena e das relações étnico-raciais (PAULINO, 2008; JODAS, 2012; BERGAMASCHI et al., 2018).

Frente aos desafios que os indígenas enfrentam no ambiente universitário, a desvalorização e a ausência de reconhecimento desses povos contribuem para maiores dificuldades na experiência no ensino superior e conclusão do curso. Ademais, os indígenas são vistos nas universidades ocupando lugares de subalternidade, inviabilizados como sujeitos de direitos, inferiorizados e marginalizados, imagem, esta, cristalizada no imaginário dos não indígenas, fruto do colonialismo europeu e amparado pelas relações de poder (NASCIMENTO et al., 2019; VIANA et al., 2019).

### **Considerações finais**

A presença indígena nas universidades é marcada por desafios diários a esses povos, sendo esses desafios percebidos tanto pelos próprios indígenas, quanto por estudantes não indígenas e docentes. Na ótica dos docentes e dos discentes não indígenas foi notada, apenas, a ocorrência de impactos sociais, no sentido de maior integração com o indígena, porém, com pouca absorção de sua cultura e de conhecimentos tradicionais. Já na ótica do indígena discente,

foi possível observar impactos sociais e educacionais, no que diz respeito à maior participação dos mesmos na esfera social dos demais alunos e uma tentativa de adequação, mesmo que precária à metodologia do curso.

À despeito dos resultados obtidos, foi reafirmada a permanência da cultura, dos costumes e da identidade do indígena aluno. O número de indígenas nas universidades é crescente e constata a luta pelos seus direitos, pelo interesse em qualificação profissional e pela quebra de paradigmas associadas a esses povos, enraizados desde o processo de colonização e mantidos até os dias atuais no imaginário popular.

É evidente que, ainda que os indígenas tenham políticas de acesso à universidade, esses indivíduos não são totalmente incluídos no “mundo acadêmico”, nem tampouco às universidades, às matrizes curriculares, assim como os servidores não estão aptos à recepção desses estudantes, acarretando em dificuldades para a permanência dos indígenas no ensino superior. Dessa forma, são necessárias políticas públicas efetivas que garantam não somente o acesso, mas a continuidade dos grupos indígenas nas universidades, compreendendo as demandas e as singularidades dessa população.

A busca por formação acadêmica profissional, explicita a busca por inclusão dos indígenas na sociedade contemporânea, contudo sem abrir mão de sua origem, de seus costumes e de seus conhecimentos. Entretanto, para que haja plena inclusão do indígena nessa sociedade é necessário que esses possam utilizar e difundir seus conhecimentos empíricos provenientes da aldeia, a fim de complementar sua formação com base na interculturalidade.

O reconhecimento das particularidades dos povos indígenas são pouco notadas dentro do ambiente acadêmico, dessa forma é imprescindível a criação de espaços de discussão sobre a importância da presença indígena nesse ambiente, bem como para a quebra da figura do indígena como ser aculturado, sem conhecimento e sem direitos.

Em suma, é desejável que as universidades passem por uma reestruturação política, social e de seus componentes curriculares a fim de atender os povos indígenas de maneira igualitária, respeitando sempre suas singularidades. Associadamente devem ser utilizadas ações efetivas de aceitação, de discussão intercultural, de disseminação de conhecimento das populações tradicionais e de permanência desses estudantes no ensino superior.

## Referências

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Escutar. In: FONSECA, Tania Maria. et al. (orgs). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, p. 93-96, 2012.

ATHAYDE, Fernando Luis Oliveira. *Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)*. 2010.193 f. Dissertação



(Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1069642/a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas--cotas-e-a-inser%C3%A7%C3%A3o-de-acad%C3%AAmicos-ind%C3%ADg...> Acesso em: 25 fev.2021

BENITES, Eliel. Relato sobre saberes - práticas indígenas e a universidade. In: NASCIMENTO, Adir Casaro.; FERREIRA, Eva; COLMAN, Rosa Sebastiana; KRAS, Suzi Maggi. (Org.). *Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades*. Campo Grande: UCDB, p. 29, 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/361.pdf> Acesso em: 25 fev.2021

ERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Rev. bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan-abr. 2018. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>

BERNARDO, ALBERLÂNDIA LIMA. Indígena no ensino superior: caminhos percorridos para acesso à universidade. *Revista Culturas & Fronteiras*. Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR. Volume 1. Edição Especial – Set 2019. <https://doi.org/10.48212/c&f.v1i001.4510>

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução 466/ de 12 de dezembro de 2012*: Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Diário Oficial da União. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 25 fev.2021

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 25 fev.2021

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 30 ago. 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) Acesso em: 25 fev.2021

CANDAU, Vera. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, vol.32, n.1, p.15-34, 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-4698140011>

CRUZ, Felipe Sotto Maior. Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, v. 11, n.2, 2017. <https://doi.org/10.21057/repamv%vn%oi.%Y.2610>

DAVID, Moisés; MELO, Maria Lúcia; MALHEIRO, João Manoel da Silva. Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. *Edu. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111–125, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100008>

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. A presença indígena no ensino superior: a experiência da universidade do estado do Amazonas. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, jul, 2016. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434417394\\_ARQUIVO\\_Apresencai ndigenanoES-ArtigoCompleto.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434417394_ARQUIVO_Apresencai ndigenanoES-ArtigoCompleto.pdf) Acesso em: 25 fev.2021

- ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; ALMEIDA, Diana Andeza Rebouças. Indigenous in the university do the state of Amazonas. *Journal of Research in Special Educational Needs* Volume 16 \_ Number s1 p. 653–657, 2016. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12197>
- FERNANDES, Manoel José Pina. Educação superior indígena no Brasil: releituras e perspectivas. *Revista Lusófona de Educação*, 31, 2015. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5382> Acesso em: 25 fev.2021
- FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; AMES, Valesca ; DOMINGOS, Angélica. Encontros e desencontros das ações afirmativas no ensino superior: as resistências dos estudantes indígenas. *O Social em Questão - Ano XX - nº 37- jan-abr, 2017*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175235/001064438.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 fev.2021
- FERREIRA, Luciane. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 203–219, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000100011>
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. Apresentação. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro (org.). *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil: povos indígenas e os novos contornos do programa de educação tutorial/ conexões de saberes*. E-papers, Rio de Janeiro, 1. ed., 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/LIICUPBR001.pdf> Acesso em: 25 fev.2021
- GONÇALVES, Lays. Povos Indígenas no contexto do ensino superior: os desafios do acesso e da permanência na UFPR. **CAMPOS** V.17 N.2 jun-dez.2016. <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/54275> Acesso em: 25 fev.2021
- JODAS, Juliana. *Entre diversidade e diferença: o programa de ações afirmativas da UFSCar e as vivências dos estudantes indígenas*. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6741> Acesso em: 25 fev.2021
- NASCIMENTO, Adir Casaro. Fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão e o diálogo com as culturas ancestrais: uma construção difícil, mas possível. *Revista Série-Estudos*, Campo Grande, n. 37, p. 33-46, 2014. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i37.754>
- NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis; LANDA, Beatriz dos Santos. Experiências interculturais na universidade: a presença dos indígenas e as contribuições à lei nº 11.645/08. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 39 n. 109, p. 397-416, set.-dez., 2019. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622019216671>
- NASCIMENTO, Rita Gomes. Democratização, autonomia, protagonismo, governança: três iniciativas na educação superior de indígenas no Brasil. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 254-279, jul-dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/65051/39874> Acesso em: 25 fev.2021
- OLIVEIRA, Lúcia Alberta Andrade de. A formação de professores indígenas nas universidades no âmbito do PROLIND/MEC (2005-2010). In: OLIVEIRA, Lúcia Alberta Andrade de (org). *Cadernos do GEA: a questão indígena na educação superior*. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP. n. 10, jul-dez 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/12/Caderno-GEA-10-digital.pdf> Acesso em: 25 fev.2021
- PAULINO, Marcos. *Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2008. Disponível em: [https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/marcos\\_paulino.pdf](https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/marcos_paulino.pdf)  
Acesso em: 25 fev.2021

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. The law n. 11.645 and the teacher's vision of Rio de Janeiro on indigenous subject at school. *Rev. Bras. Educ.* vol.21 no.67 Rio de Janeiro, out-dez, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216746>

SANTOS, Jocélio Teles. dos. Introdução. In: SANTOS, Jocélio Teles. dos (org). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. 1 ed. Salvador: CEAO, v. 1, p. 263, 2013. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf)  
Acesso em: 25 fev.2021

SILVA, Bruno de Lima. Direito fundamental dos povos nativos brasileiros: educação, inclusão social e interdisciplinaridade. *Anais do XV Seminário Internacional de Educação: Educação e interdisciplinaridade percursos teóricos e metodológicos*, 2016. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/bd9cfc47-0497-498f-af2a-422138124eae/Direito%20fundamental%20dos%20povos%20nativos%20brasileiros%20educacao%20e%20interdisciplinaridade.pdf>  
Acesso em: 25 fev.2021

SILVA, José Bonifácio Alves da.; BACKES, José Licínio. The presence of the black and indigenous difference in higher education and the process of brazilian university. *Rev. Inter. Educ. Sup*, Campinas, SP, v.1, n.2, p.120-135, out-dez. 2015. <https://doi.org/10.22348/riesup.v1i2.7428>

SILVA, Rafael; FERNANDES, Rosa Maria Castillos; CARVALHO, Rejane Nunes. The representation of the indigenous in the discourse of Psychology students: possible impacts on the listening of the indigenous psychic suffering. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 19, n. 40, p. 53-72, set-dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/X/Downloads/615-2584-1-PB-1.pdf>  
Acesso em: 25 fev.2021

SOUZA, João Vinícius Pereira de. *Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas na UFPE*. Caruaru: Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21135> Acesso em: 25 fev.2021

TASSINARI, Alaberto. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In LOPES DA SILVA, Aracy e Ferreira, Mariana Kawall Lopes. (Orgs.), *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global (2ª ed., pp. 44-70), 2001. Disponível em: <https://10.1590/S0104-71832002000200015> Acesso em: 25 fev.2021

VASCONCELOS, Diva Helena Frazão. O ensino superior e a educação inclusiva: questão indígena. *Boletim do Tempo Presente*, nº 11, p. 1 – 12, de 01 de 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4586> Acesso em: 25 fev.2021

VIANA, Iclícia. et al. Coloniality, invisibilization and potentialities: Experiences of indigenous people in higher education. *Associação Brasileira de Psicologia Política: Psicologia Política*. vol. 19. nº 46. pp. 602-614. set-dez. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2019000300016&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2019000300016&script=sci_abstract&tlng=en) Acesso em: 25 fev.2021

## **Sobre as autoras e os autores**

### **Daniel Santos Formento**

Médico formado pela Universidade Federal do Pará. É membro discente da Academia Brasileira de Neurologia (2014). Foi membro da Liga Acadêmica Paraense de Genética (LAPG), diretor científico da Liga Acadêmica de Hepatologia do Pará (LAHEP) e vice-presidente da Liga Acadêmica de Neurologia e Neurocirurgia do Estado do Pará (LANNEP). Membro fundador e vice-presidente da Liga Acadêmica de Saúde Indígena do Pará (LASIPA). Foi bolsista do Programa Jovens Talentos para a Ciência da CAPES, no Laboratório de Neuropatologia Experimental (LaNEx), sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elizabeth Sumi Yamada. Onde desenvolveu pesquisas no âmbito da neurociência, com experiências em Parkinson e análises comportamentais em modelo murino. Foi o primeiro monitor do Programa de Apoio Acadêmico a Estudantes Quilombolas e Indígenas (PET-QI), participando da orientação desses estudantes em temas básicos das ciências biológicas e em temas específicos do curso de medicina. Autor do manuscrito. E-mail: [danielformento.med@gmail.com](mailto:danielformento.med@gmail.com)

### **Tássio João Cerqueira Ferreira**

Bacharel em Medicina pela Universidade Federal do Pará. Durante a graduação desenvolveu pesquisas com povos indígenas. Atua como médico assistencialista na Unidade de Pronto Atendimento III de Castanhal, Unidade Saúde da Família São Cesario e no Hospital Municipal Dr Edilson Abreu. Autor do manuscrito. E-mail: [tassiojoao@hotmail.com](mailto:tassiojoao@hotmail.com)

### **João Victor Moura Garcia**

Acadêmico de Bacharelado em Medicina na Universidade Federal do Pará. Possui experiência em pesquisa acerca de oncologia, flebite, povos indígenas e doenças infecciosas. Desenvolveu atividades de extensão sobre HTLV – 1/2. Foi membro fundador da Liga Acadêmica Paraense de Clínica Médica – LACMED. Ocupou o cargo de Diretor do Núcleo de Pesquisa (NUPEC-D) da International Federation of Medical Student's Association (IFMSA Brazil) da Universidade Federal do Pará. Ocupou cargo de monitor nas disciplinas de Neurofisiologia II, Fisiologia do Sistema Endócrino e Habilidades Médicas III. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da LACMED. Autor do manuscrito. E-mail: [joaovgarcia98@gmail.com](mailto:joaovgarcia98@gmail.com)

### **Eliene Rodrigues Putira Sacuena**

Doutoranda em Antropologia na concentração Bioantropologia na linha de pesquisa em Genética Forense pelo Programa de Pós graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Mestrado em Antropologia na concentração em Bioantropologia, na linha pesquisa Genética Forense pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduação em Biomedicina pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética de Populações. Atualmente participa de grupos de pesquisa, realizando estudos Antropológicos, epidemiológicos e genéticos de populações humana da Amazônia: indígenas, afro-brasileiros (Quilombolas) e ribeirinhos pela Universidade Federal do Pará. Vice Presidente da Liga Acadêmica de Saúde Indígena no Estado do Pará. E-mail: [putirasacuena@gmail.com](mailto:putirasacuena@gmail.com)

### **Greice de Lemos Cardoso Costa**

Possui graduação em Ciências Biológicas (2002), mestrado e doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (2005 e 2009). Atualmente é Professora Associado da referida universidade (UFPA), atuando nas Faculdades de Biologia e Medicina dos Institutos de Ciências Biológica e Saúde dessa instituição. É membro do Programa de Pós Graduação em Análises Clínicas onde desenvolve produtos como aplicativos digitais, cartilhas, manuais e protocolos, por meio de Tecnologias Educacionais, Assistenciais ou Gerenciais para

utilização por profissionais de saúde ou população de interesse. Desenvolve projetos de pesquisa acadêmica no Laboratório de Genética Humana e Médica, com hemoglobinopatias, síndromes metabólicas e malária entre pacientes e populações quilombolas e indígenas. No Laboratório de Virologia desenvolve atividades com HTLV 1 e 2 e diagnóstico de COVID-19 na população do estado e em populações isoladas (quilombolas e indígenas). Autora do manuscrito. E-mail: [greice\\_cardoso@yahoo.com.br](mailto:greice_cardoso@yahoo.com.br)

### **João Farias Guerreiro**

Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Pará (1979), mestrado em Genética pela Universidade Federal do Paraná (1983) e doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Genética) pela Universidade de São Paulo (1992). Pós-doutorado no Instituto de Medicina Molecular, Hospital John Radcliffe, Universidade de Oxford, Inglaterra (1998), e na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Genética Humana e Médica, com ênfase em Genética de Populações Humanas da Amazônia (indígenas, afro-descendentes e ribeirinhos), e em estudos de epidemiologia genética abordando hemoglobinopatias hereditárias, doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, diabetes mellitus do tipo 2 e hipertensão arterial) e doenças transmissíveis (malária, Covid-19). Autor do manuscrito. E-mail: [joao.guerreiro53@gmail.com](mailto:joao.guerreiro53@gmail.com)

### **Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto**

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (1993), mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (1996) e doutora em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários pela Universidade Federal do Pará (2008). É Professora Associado IV da Universidade Federal do Pará, onde leciona Antropologia Biológica e Antropologia Médica aos cursos de Biologia, Biomedicina e Medicina. Coordena projeto de monitoria em Habilidades Médicas e um programa de extensão em parceria com a International Federation of Medical Students' Association (IFMSA Brazil) e é Conselheira Emérita da IFMSA. É membro do Programa de Educação Tutorial a Indígenas e Quilombolas. Desenvolve projetos usando agentes infecciosos como marcadores bioantropológicos das populações humanas da Amazônia, com ênfase no estudo dos Poliomavírus BKV e JCV. Autora do manuscrito. E-mail: [ivallinoto@ufpa.br](mailto:ivallinoto@ufpa.br)